

Collor quer debater com outros poderes

Rita Tavares e
Christiane Samarco

O presidente Fernando Collor está jogando no impasse entre os três poderes da República para dividir com a Justiça e o Legislativo a responsabilidade do problema dos aposentados. Pelo menos dois governadores que conversaram com o presidente esta semana deixaram o Palácio do Planalto convencidos de que Collor está disposto a expor as contradições do Judiciário, da mesma forma que o fez com o Legislativo. "O presidente está tenso, nervoso e muito preocupado,

porque a verdade é uma só: não há como remanejar verbas do orçamento quando não se tem um centavo em caixa", diz um desses governadores.

Mesmo sem ter tido uma conversa reservada com o presidente, o governador de Pernambuco, Joaquim Francisco, arrisca um palpite: "Collor é muito astucioso. Já trouxe o Legislativo ao debate e agora empurrou o Judiciário." Ele está certo de que a suspensão do pagamento dos 147% aos 2,5 milhões de aposentados só será decidida no Supremo Tribunal Federal. Mas, até lá, vai haver muita briga entre os juizes de diversas instâncias, e entre os partidos, no Congresso. "A crise é séria, mas não é necessariamente ruim. Afinal, nós também, governadores, estamos cansados de ver o Executivo ser responsabilizado por

tudo nos estados", analisa Joaquim Francisco.

Logo após assinar o decreto que suspendeu o pagamento do reajuste dos aposentados, na tarde de segunda-feira, o presidente Collor recebeu um governador. Mostrou-se mais seguro por ter escolhido para ministro um técnico respeitado (Reinhold Stephanes), que dará mais credibilidade aos números da Previdência, e ouviu um elogio: "O senhor deu um tiro certo." Mesmo assim, o presidente não hesitou em demonstrar sua aflição.

A idéia do decreto foi a de ganhar tempo para que Congresso e Executivo encontrassem, juntos, uma fórmula para resolver o impasse. Tanto que a idéia é convocar pemedebistas de peso, como os presidentes da Câmara, Ibsen Pinheiro, e do Senado, Mauro Benevides, e os líderes nas duas Casas, Ge-

nebaldo Correia, na Câmara, e Humberto Lucena, no Senado, para uma reunião no Palácio do Planalto, assim que o novo ministro feche os números definitivos da Previdência. Mas a notícia de que a decisão do presidente corre o risco de ser suspensa por um decreto legislativo abalou Collor, que mantém de pé sua disposição de conversar com os opositoristas.

Enquanto isso não acontece, os governadores mantêm-se em compasso de espera. "Todos nós, governadores, estamos conscientes da gravidade do problema, aguardando que surja uma proposta no Congresso para que possamos atuar no sentido de aprová-la", diz o representante do Rio Grande do Norte, José Agripino Maia. Ele argumenta que aos governadores não cabe a iniciativa de propor alternativas, mas "atuar na hora certa".